



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

7

DELIBERAÇÃO

----- **RAUL JOSÉ REI SOARES DE ALMEIDA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRA:** --

----- A Câmara Municipal de Mira, em reunião pública ordinária realizada em 08 de fevereiro de 2018, tomou a seguinte deliberação:-----

" -- 4.ª ALTERAÇÃO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE MIRA – APROVAÇÃO DOS TERMOS DE REFERÊNCIA-----

---- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com dois votos contra, dos Senhores Vereadores Dr. Manuel Martins e Dr. Luis Miranda e cinco votos a favor, do Sr. Presidente da Câmara e Vereadores Srs. Nelson Maltez, Dr. Fernando Madeira, Drª. Dulce Cainé e Drª. Madalena Santos, aprovar a **proposta nº. 44/2018**, do Sr. Presidente da Câmara, do seguinte teor: -----

---- **"4.ª ALTERAÇÃO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE MIRA – APROVAÇÃO DOS TERMOS DE REFERÊNCIA -----**

---- 1. São competências dos órgãos municipais no domínio do Ordenamento do Território e Urbanismo, designadamente, elaborar e aprovar os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), de acordo com o previsto na alínea n) do artigo 23.º da Lei. n.º 75/2013 de 12 de setembro e alínea a) e b) do n.º 3 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na atual redação. -----

---- 2. Esta pretensão da Câmara enquadra-se no estipulado no artigo 118.º do DL n.º 80/2015, de 14 de maio, no qual é referido que a alteração dos instrumentos de gestão territorial pode decorrer "da evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais que lhes estão subjacentes ou sempre que essa alteração seja necessária, em resultado da entrada em vigor de novas leis ou regulamentos." -----

---- 3. A presente proposta já foi alvo de aprovação na reunião de executivo datada de 23 de fevereiro de 2017 e publicada na 2.ª Série do Diário da República, n.º 61 de 27 de março de 2017, através do Aviso n.º 3172/2017 e



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

realizado o período de discussão preventiva. Contudo, não foi cumprido o estabelecido no n.º 6 do artigo 76.º do RJIGT aplicando-se deste modo o descrito no n.º 7 do mesmo artigo, ou seja, o não cumprimento dos prazos estabelecidos determina a caducidade do procedimento. Neste seguimento terá de se efetuar todo o procedimento de deliberação sobre a presente proposta de alteração. ---

---- 4. A 4.ª alteração do PDM tem como principal objetivo a desclassificação da área destinada a “Equipamento Proposto” para Espaço de Salvaguarda Estrita, a criação de nova categoria de espaço e respetivo articulado regulamentar (Anexo 1). -----

---- 5. Prevê-se que o procedimento em causa tenha uma duração de 12 meses.

---- 6. Atendendo a que não existe informação acerca dos possíveis investimentos privados ou públicos a instalar nesta classe de espaço não é, por isso, possível o seu enquadramento em termos de sujeição a Avaliação Ambiental Estratégica, nos termos artigo 3.º do DL n.º 232/2007 de 15 de junho com as alterações introduzidas pelo DL n.º 58/2011 de 04 de maio. -----

---- Assim tendo em consideração o exposto, propõe-se: -----

---- Que a Câmara Municipal delibere: -----

---- a) aprovar a elaboração da 4.ª Alteração ao Plano Diretor Municipal de Mira, tendo como principal objetivo a desclassificação da área destinada a “Equipamento Proposto” para Espaço de Salvaguarda Estrita, a criação de nova categoria de espaço e respetivo articulado regulamentar, de acordo com o referido na alínea a) do n.º 3 do artigo 6.º do 80/2015, de 14 de maio; -----

---- b) aprovar os Termos de Referência em anexo, nos termos do artigo 76.º do DL n.º 80/2015, de 14 de maio; -----

---- c) proceder à abertura da participação pública com a duração de 15 dias, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º e n.º 2 do artigo 88.º do DL n.º 80/2015, de 14 de maio; -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

---- d) aprovar a duração de 12 meses para a elaboração do presente procedimento, de acordo como disposto no n.º 1 do artigo 76.º DL n.º 80/2015, de 14 de maio; -----

---- e) propor a realização de Avaliação Ambiental Estratégica da proposta da 4ª alteração ao PDM, tendo por base o n.º 2 do artigo 3.º do DL n.º 232/2007 de 15 de junho na sua atual redação e do n.º 2 do artigo 120.º do DL n.º 80/2015, de 14 de maio.” -----

----- Câmara Municipal de Mira, 14 de fevereiro de 2018-----

O Presidente da Câmara,



(Raul José Rei Soares de Almeida, Dr.)